

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR
HABEAS CORPUS CRIMINAL nº 0824168-14.2022.8.10.0000 Paciente: ROBSON
PEREIRA DA SILVA Impetrante: LEANDRO BARROS DE SOUSA (OAB/MA Nº 19.775)
Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA Relator:
DESEMBARGADOR GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR HABEAS CORPUS. TRÁFICO
INTERESTADUAL DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA.
FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA À LUZ DO ART. 312 DO CPP. CONDIÇÕES PESSOAIS
FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INOBSERVÂNCIA DO ART. 55 DA LEI Nº 11.343/06.
NULIDADE RELATIVA. PREJUÍZO NÃO COMPROVADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO
VERIFICADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. I. Inviável a revogação da prisão
preventiva, por suposta ausência dos requisitos legais, quando o decreto
segregatório se encontra lastreado em particularidades do caso concreto e
devidamente assentado no art. 312 do Código de Processo Penal. II. No caso
em exame, houve a imposição do ergástulo como forma de salvaguardar a
ordem pública, bem como para evitar reiteração delitiva. Destacou-se, na
origem, que ocorreu a apreensão de vultosa quantidade de entorpecentes,
que estaria sendo transportada do Estado do Mato Grosso para São Luís/MA,
denotando a suposta prática de tráfico interestadual de drogas e
evidenciando a existência de uma organização criminosa que atua com essa
finalidade, o que reforçava a gravidade em concreto da conduta. III.
Acresça-se a necessidade de preservação da medida extrema, ainda, por
conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei
penal, mormente em virtude de o acusado não possuir domicílio neste Estado
e figurar como réu em outro processo que apura o cometimento de crime da
mesma natureza, com idêntico modus operandi (transporte de substância
entorpecente do Estado do Mato Grosso para o Maranhão). IV. O relato de
predicados favoráveis – o que sequer se confirmou dada a informação
extraída dos autos originários de que o investigado responde à outra ação
penal – não possui o condão de desconstituir a custódia antecipada, se
existem elementos que respaldam a constrição da liberdade. Precedentes. V.
Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a inobservância do
rito procedimental previsto no art. 55 da Lei nº 11.343/2006, segundo o
qual, apresenta-se a defesa preliminar em momento anterior ao recebimento
da denúncia, ocasiona nulidade relativa, desde que demonstrados,
concretamente, eventuais prejuízos daí decorrente (RHC n. 113.880/SP,
relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 26/5/2020,
DJe de 10/6/2020), de sorte que, não evidenciada essa circunstância,
afasta-se a alegação de constrangimento ilegal a necessitar de reproche
pela via estreita do writ. VI. Ordem conhecida e denegada. São Luís/MA,
data do sistema. GERVÁSIO Protásio dos SANTOS Júnior Desembargador Relator
(HCCrim 0824168-14.2022.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) GERVASIO
PROTASIO DOS SANTOS JUNIOR, 3ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 23/01/2023)